

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------------------|------------------------------------|----------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| 4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL | | |
| 5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR | | |
| 6 - NIRE | 7 - SITE | |
| 8 - DATA DE CONSTITUIÇÃO DA CIA | 9 - DATA DE REGISTRO DA CIA NA CVM | |

01.02 - SEDE

| | | | | |
|-----------------------|-------------------|------------------------|-------------------|------------|
| 1 - ENDEREÇO COMPLETO | | 2 - BAIRRO OU DISTRITO | | |
| 3 - CEP - | 4 - MUNICÍPIO | | | 5 - UF |
| 6 - DDD - | 7 - TELEFONE - | 8 - TELEFONE - | 9 - TELEFONE - | 10 - TELEX |
| 11 - DDD - | 12 - FAX - | 13 - FAX - | 14 - FAX - | |
| 15 - E-MAIL | | | | |

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS
ATENDIMENTO NA EMPRESA

| | | | | |
|-----------------------|-------------------|--------------------|------------------------|------------|
| 1 - NOME | | | | |
| 2 - CARGO | | | | |
| 3 - ENDEREÇO COMPLETO | | | 4 - BAIRRO OU DISTRITO | |
| 5 - CEP - | 6 - MUNICÍPIO | | | 7 - UF |
| 8 - DDD - | 9 - TELEFONE - | 10 - TELEFONE - | 11 - TELEFONE - | 12 - TELEX |
| 13 - DDD - | 14 - FAX - | 15 - FAX - | 16 - FAX - | |
| 17 - E-MAIL | | | | |

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

| | | | | |
|------------------------|--------------------|--------------------|-------------------------|------------|
| 18 - NOME | | | | |
| 19 - CONTATO | | | | |
| 20 - ENDEREÇO COMPLETO | | | 21 - BAIRRO OU DISTRITO | |
| 22 - CEP - | 23 - MUNICÍPIO | | | 24 - UF |
| 25 - DDD - | 26 - TELEFONE - | 27 - TELEFONE - | 28 - TELEFONE - | 29 - TELEX |
| 30 - DDD - | 31 - FAX - | 32 - FAX - | 33 - FAX - | |
| 34 - E-MAIL | | | | |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|-----------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . . / - |
|---------------------|------------------------|-----------------------|

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

| 1 - ITEM | 2 - NOME DO ADMINISTRADOR | 3 - CPF | 4 - DATA DA ELEIÇÃO | 5 - PRAZO DO MANDATO | 6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR * | 7 - ELEITO P/ CONTROLADOR | 8 - CARGO /FUNÇÃO | 9 - FUNÇÃO |
|----------|--|----------------|---------------------|----------------------|------------------------------------|---------------------------|-------------------|---|
| 01 | Luiz David Travesso | 82.892.468-62 | 22/05/1998 | 31/12/2003 | 3 | | | Presidente do Conselho de Administração |
| 02 | Andréa Cristina Ruschmann | 118.448.918-10 | 01/02/2001 | 31/12/2003 | 2 | | | Conselheira |
| 03 | Demóstenes Barbosa da Silva | 167.476.311-53 | 01/02/2001 | 31/12/2003 | 2 | | | Conselheiro |
| 04 | Elson Salvador Lopes | 839.247.528-34 | 01/02/2001 | 31/12/2003 | 2 | | | Conselheiro |
| 05 | Mauro Guilherme Jardim Arce | 107.894.648-53 | 22/05/1998 | 31/12/2003 | 2 | | | Conseleiro |
| 06 | Maurício Namur Muscat | 4.227.328-50 | 22/05/1998 | 31/12/2003 | 2 | | | Conselheiro |
| 07 | Michel Gaston Jean Gaillard | 53.209.977-01 | 22/05/1998 | 31/12/2003 | 2 | | | Conselheiro |
| 08 | Orestes Gonçalves Júnior | 4.591.968-20 | 22/05/1998 | 31/12/2003 | 3 | | | Diretor Exec.e de Rel. c/ Investidores |
| 09 | Cyro Vicente Boccuzzi | 53.466.778-36 | 23/02/2001 | 31/12/2003 | 1 | | | Diretor Executivo |
| 10 | David Travesso Neto | 880.852.288-15 | 05/12/2000 | 31/12/2003 | 1 | | | Diretor Executivo |
| 11 | José Cherem Pinto | 723.954.947-04 | 17/01/2001 | 31/12/2003 | 1 | | | Diretor Executivo |
| 12 | José Maria Junqueira Sampaio Meirelles | 106.235.608-01 | 02/02/2001 | 31/12/2003 | 3 | | | Diretor Executivo/Conselheiro |
| 13 | Luiz José Hernandez Junior | 25.067.618-45 | 23/02/2001 | 31/12/2003 | 1 | | | Diretor Executivo |
| 14 | Marco Antônio de Vasconcelos | 42.929.868-43 | 23/02/2001 | 31/12/2003 | 1 | | | Diretor Executivo |
| 15 | Paulo Curi Savastano | 42.275.838-88 | 02/02/2001 | 31/12/2003 | 1 | | | Diretor Executivo |
| 16 | Solange Maria Pinto Ribeiro | 304.753.094-72 | 02/02/2001 | 31/12/2003 | 1 | | | Diretor Executivo |
| 17 | Vicente Bruno Todaro | 905.897.698-04 | 23/02/2001 | 31/12/2003 | 1 | | | Diretor Executivo |
| 18 | Valdir da Costa Junior | 35.469.548-74 | 23/02/2001 | 31/12/2003 | 1 | | | Diretor Executivo |
| 19 | Victor Kodja Tebecherani | 48.742.308-90 | 23/02/2001 | 31/12/2003 | 1 | | | Diretor Executivo |

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Luiz David Travesso – Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente:
é engenheiro metalúrgico pela FEI, administrador de empresas pela FGV e mestre em Administração pelo INSEAD, em Fontainebleau, França. Trabalhou na Ford como gerente de Novos Negócios e no banco ING como vice-presidente de Fusões, Aquisições, Privatizações e Financiamento de Projetos. Estruturou o consórcio que adquiriu a Light e, em 1996, foi convidado a ocupar o cargo de vice-presidente da AES Brasil, onde desde 1997 ocupa a Presidência. Na AES Brasil, suas principais realizações são a termelétrica a gás da AES Uruguaiana e as aquisições da distribuidora gaúcha AES Sul, da mineira Cemig, e da geradora paulista Tietê, além da Eletronet, provedora de meios de telecomunicação, e da Eletropaulo.

Andrea Cristina Ruschmann – Conselheira

Formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em 1989, com pós graduação em Administração de Empresas pela mesma Fundação. Em 1990 atuou como Analista de Crédito no Lloyds Bank e no Deutsch Südamerikanisch Bank – Dresdner Group. Trabalhou no ING Barings de setembro de 1994 até agosto de 1999, nas áreas de crédito e de Investment Banking, com atuação em operações de Project Finance e Privatizações, ocupando os cargos de Analista de Crédito Sênior, Project Finance Associate e Assistant VP em Project Finance. Ingressou no Grupo AES Brasil em setembro de 1999, atuando na área financeira e hoje ocupa a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, além de ser membro do Conselho de Administração da mesma empresa.

Demóstenes Barbosa da Silva – Conselheiro

é engenheiro eletricista pela Escola Federal de Engenharia de Goiás, bacharel em física pelo Instituto de Matemática e Física da Universidade Federal de Goiás, mestre em energia, pelo Programa Interunidades da Universidade de São Paulo. Foi chefe da Divisão de Estudos Tarifários na Companhia Energética de São Paulo – CESP, foi professor assistente de física geral na Universidade Católica de Goiás, foi engenheiro de análise de projetos de sistemas de potência no DNAEE/MME, foi coordenador geral Econômico-Financeiro e Diretor Adjunto no DNAEE/MME. Ingressou no Grupo AES Brasil em dezembro de 1997, tendo atuado em Desenvolvimento de Projetos, Diretor de Relações com Investidores da AES Sul e atualmente exerce a Vice Presidência da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê.

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Elson Salvador Lopes – Conselheiro

formado em Administração de Empresas e Mestrado em Finanças pela PUC-SP. Complementação em Estratégias em Telecomunicações pela USTTI – United States Technology Training Institute- Washington DC e Barry University - Miami, dentre outros. Trabalhou como Gerente de Planejamento Financeiro da Petrobrás de 1975/1980; Risk Manager do Bank of America de 1981/1986; Business Developer no Grupo Safra de 1987/1993, Vice President do Merchant Banking no ING/Barings de 1994/1996 e como Chief Representative Officer para o Brasil do Financial Services International (ING/Barings) de 1997/1998; responsável pelos negócios de Telecomunicações da AES no Brasil desde 1998, sendo o atual Presidente e Membro do Conselho de Administração da Eletronet S/A.

Mauro Guilherme Jardim Arce – Conselheiro

é Engenheiro Eletricista formado pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, pós-graduado em Engenharia de Sistemas Elétricos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestre em Power Engineering Rensselaer Polytechnic Institute – Troy – NY – USA e curso de aprimoramento para empresários EDTE – Universidade de São Paulo. Foi engenheiro nas Industrias Villares S.A. e na CESP – Companhia Energética de São Paulo, Engenheiro Assistente, Chefe de Seção, Chefe de Setor, Gerente de Departamento, Assistente de Diretoria, Diretor de Geração e Transmissão e Representante do Comitê Executivo do Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI). Professor da Escola de Engenharia e Faculdade de Tecnologia da Universidade Mackenzie, Presidente da Associação dos Engenheiros da CESP, Tesoureiro do Comitê Nacional Brasileiro da CIGRE, Membro do Comitê Internacional da CIGRE Overvoltages and Insulation Coordination.

Maurício Namur Muscat – Conselheiro

é Engenheiro Mecânico formado pela Escola Politécnica da USP, especialização em Engenharia Nuclear – Convênio POLI/CNEN. Atividades e cargos na Eletropaulo: Atividades na Área de Geração (Hidráulica e Térmica) e Sistemas Hidráulicos, englobando as Usinas e Estações, destacando-se entre estas: Levantamentos, Estudos, Planejamento, Projetos e Preparação de Editais para aquisições e instalações de equipamentos e obras – Coordenação de Grupos de Trabalho – Gerenciamento de Obras, Serviços e Contratos – Participação em Seminários, Cursos e Palestras. Cargos: Gerente da Divisão de Engenharia Térmica, Conselheiro da Associação dos Engenheiros da Eletropaulo, Diretor Secretário da AEE, Conselheiro do CREA/SP, representante dos empregados no Conselho de Administração das Energéticas de São Paulo e Diretor do Clube de Investimentos dos Empregados da Eletropaulo – INVESTELETRO.

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Michel Gaston Jean Gaillard – Conselheiro

é Engenheiro Elétrico graduado na Ecole Supérieure d'Electricité. Trabalhou na Electricité de France (EDF) de 74 a 96, ocupando os seguintes cargos: 74 a 77 Engenheiro do Serviço Técnico do Centro de Nîmes, 77 a 80 Chefe da Agência do Centro de Besançon, 80 a 84 Economista, 84 a 85 Assessor do Presidente, 85 a 89 Chefe do Serviço Clientela do Centro de Saint Mandé, 89 a 92 Diretor do Centro Orne, 92 a 96 Chefe do Gabinete do Presidente e Diretor Geral, 96 Diretor Adjunto da Electricité de France – Gaz de France Services. Desde junho de 96, é Diretor Presidente da Light – Serviços de Eletricidade S.A

Orestes Gonçalves Júnior – Conselheiro e Diretor Executivo e de Relações com Investidores:

formou-se em Economia pela Fundação Álvares Penteado - São Paulo e conta com MBA. Membro do Conselho de Administração da Eletropaulo, da Light e da Eletronet. Vice-Presidente da ABDIB, Diretor da ABRASCA e da ABCE. Exerceu as funções de diretor Financeiro da Enron Serviços do Brasil Ltda. e de diretor da Apine - Associação dos Produtores Independentes de Energia. Já foi funcionário da Eletropaulo tendo ocupado o cargo de superintendente de Planejamento Econômico-Financeiro.

Patrice Gérard Charles Mees – Conselheiro

formado em Economia. Atualmente é Diretor Internacional: Diretor América a partir de 1 de janeiro de 1997. Atuou anteriormente como Diretor de Negócios Internacionais: Delegado América 1993 – 1996. Direção de Negócios Internacionais: Responsável pelo Projeto Argentina e Diretor da Região América do Norte 1992. Responsável pela direção da área de Desenvolvimento e da Estratégia Comercial: Chefe Adjunto do Serviço da Grande Indústria e Delegado Adjunto das Instalações Industriais 1989 – 1992. Direção de Serviços Financeiros e Jurídicos: Chefe do Departamento de Operações de Financiamento (empréstimos e gestão da dívida) 1986 – 1989. Serviço de Combustível: Diferentes cargos inclusive no setor de abastecimento em combustível nuclear, Responsável pela Divisão Urânio 1978 – 1986. Serviço de Estudos Econômicos Gerais: Estudos de previsão da demanda 1974 – 1978. ELECTRICITE DE FRANCE Centro de Distribuição – Ile de France Nord: Serviço Administrativo 1972 – 1974. PEUGEOT S.A.: Encarregado do acompanhamento da Gestão das Filiais Concessionárias 1969 – 1972.

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Cyro Vicente Boccuzzi - Diretor Executivo:

é engenheiro eletricitista pela Universidade Mackenzie e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Conta com MBA em Controladoria de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA/ FIPECAFI - USP. Foi professor de cursos da Eletrobrás, membro do Conselho Diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP e Coordenador Técnico Nacional do SINDIS/ CIER. Na Eletropaulo há 18 anos, desempenhou funções técnicas e gerenciais nas áreas de Planejamento, Engenharia e Operações.

David Travesso Neto - Diretor Executivo:

é engenheiro de Produção pela Escola Politécnica da USP. Tem curso de Administração de Empresas pela FGV e conta com MBA pelo IMD/Universidade de Genebra, Suíça. Atualmente faz parte dos Conselhos de Administração da Light, Eletronet, Tietê e Empresa de Infovias S.A. Começou sua carreira na Alcan Alumínio do Brasil, tendo atuado nas áreas de Engenharia Industrial, Planejamento, Tecnologia de Informações e Negócios. Foi consultor de Gestão Empresarial e Mercado Internacional, diretor-superintendente do Sebrae-MG, vice-presidente da Cemig e diretor Técnico da Gasmig. Lecionou na Escola de Engenharia da Universidade Federal de Ouro Preto.

José Cherem Pinto - Diretor Executivo:

é engenheiro elétrico pela Universidade Gama Filho, conta com MBA Executivo pelo Coppead da Universidade Federal do Rio de Janeiro e especializações em manutenção elétrica e em geração hidrelétrica. Sua experiência foi adquirida nas áreas de gerenciamento de obras e operação de subestações e usinas, supervisão de contratos, certificação de qualidade e planejamento comercial, na Light Serviços de Eletricidade e na Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê.

José Maria Junqueira Sampaio Meirelles - Diretor Executivo:

é Bacharel em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP com especialização em Direito Tributário e mestre em Direito Comparado pela Universidade de Illinois em Urbana - Champaign. Atualmente integra o Conselho de Curadores da Fundação CESP. Participou como Advogado da Mc DERMOTT, WILL & EMERY, Chicago, USA, atuando na área Tributária e Estate Planning. Atuou como Advogado da CARGILL AGRÍCOLA S.A., e CARGILL TRADING, ocupou o cargo de Gerente do Departamento Jurídico das empresas SETAL Engenharia e Construções S.A e CETENCO Engenharia S.A. Foi Juiz do Tribunal de Imposto e Taxas do Estado de São Paulo por nove anos e exerceu o cargo de Diretor Jurídico das empresas do GRUPO SHARP, antes de integrar em 1998 o corpo de superintendentes da Eletropaulo S.A. como superintendente de Assuntos Jurídicos.

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Luiz José Hernandez Júnior - Diretor Executivo:

é engenheiro eletricitista pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, economista pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e conta com especialização em administração pela Fundação Getúlio Vargas. Desenvolveu sua carreira na CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz onde exerceu os cargos de Assistente Executivo das Diretorias de Operação e Distribuição, Gerente do Departamento de Planejamento do Sistema Elétrico e de Gestão da Distribuição e Gerente de Marketing.

Marco Antônio de Vasconcelos – Diretor Executivo:

é engenheiro de produção pelo Instituto de Engenharia Paulista e pós-graduado em Administração Financeira pela FGV-SP. Iniciou sua carreira na área de Planejamento da Produção e Logística na Metal Leve S.A. e Pirelli S.A., posteriormente tendo trabalhado na área de Equity Research e Underwriting do Banco Francês e Brasileiro e na área Administrativa e Financeira de diversas empresas, entre elas a CPFL.

Paulo Curi Savastano - Diretor Executivo:

é engenheiro civil pelo Instituto de Ensino de Engenharia Paulista, com formação profissional no setor elétrico em atividades voltadas à captação de recursos, planejamento econômico-financeiro, tarifas, mercado e regulamentação.

Solange Maria Pinto Ribeiro - Diretora Executiva:

é engenheira eletricitista pela Universidade Federal de Pernambuco. É mestre em Engenharia Elétrica pela PUC do Rio de Janeiro e conta com especialização em Finanças Corporativas pela Universidade Federal de Pernambuco. Desenvolveu sua carreira na Chesf – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, além de uma passagem pelo Imperial College – Londres, como pesquisadora visitante. Trabalhou também em Washington DC, na NERA - National Economic Research Associates, onde desenvolveu projetos de análise e desenho dos modelos regulatórios, estrutura de mercado e mecanismos tarifários na indústria de energia elétrica.

Vicente Bruno Todaro - Diretor Executivo:

formado em Ciências Contábeis e Economia pela fundação de Santo André, foi diretor de controladoria no Credicard S.A . Na Ernest Young prestou consultoria para empresas de serviços públicos e instituições financeiras. Desde 1999, é superintendente de controladoria da Eletropaulo e hoje é integrante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Valdir da Costa Júnior - Diretor Executivo:

é engenheiro Agrônomo e pós graduado em nível de Mestrado em Economia pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – (ESALQ – USP) . Foi Assistant Vice President do Chemical Bank responsável pela área de Commodities e Futuros , coordenando operações de hedge , derivativos e políticas de arbitragens da instituição. Foi Diretor do Banco Sudameris de Investimentos e da Corretora de Valores Mobiliários e de Futuros (BM&F) onde implantou e desenvolveu as atividades de trading de commodities e ativos financeiros , bem como sua reestruturação Operacional e Comercial. Em 1998 ingressou na Eletropaulo como Superintendente de Tesouraria.

Victor Kodja Tebecherani – Diretor Executivo

é administrador de empresas graduado pela Fundação Getúlio Vargas com especialização em Finanças e Economia. Desenvolveu sua carreira no mercado financeiro atuando principalmente em trading e arbitragem de ativos financeiros e implementação e desenvolvimento de novos negócios.

Ingressou na empresa em 1998 atuando em planejamento, estruturação e estudos de viabilidade econômica de projetos, tendo participado da coordenação da reestruturação da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê.

Reapresentação Espontânea

| AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO | | | | | |
|---------------------------------|---------------------------|-----------------|---------------------------|-----------------|---------------------------|
| 9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO | ORDINÁRIAS | | PREFERENCIAIS | | TOTAL |
| | 10 - QUANTIDADE (Unidade) | 11 - PERCENTUAL | 12 - QUANTIDADE (Unidade) | 13 - PERCENTUAL | 14 - QUANTIDADE (Unidade) |
| | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 |
| | | 0,00 | | | 0,00 |

| 16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO | | |
|---|--------------------------|----------------|
| 1 - CLASSE | 2 - QUANTIDADE (Unidade) | 3 - PERCENTUAL |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

| | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|------------------------------------|--|----------------------------------|--|------------------------|------------------------------|--|--------------------|--------------------|---------------|------------------------------------|------------------|
| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | | | | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | | 5 - UF | |
| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil) | | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil) | | 9 - % | 10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil) | | 11 - % | 12 - COMP.CAP.SOC. | | 13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS | 14 - CONTROLADOR |
| 15/1 - CLASSE | | 15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil) | | | 15/3 - % PREFERENCIAIS | | | | | | | |
| 001 | LIGHTGÁS Ltda. | | | | | | | 01.917.705-0001/30 | | Brasileira | | RJ |
| 12.956.450 | | 77,81 | 0 | | 0,00 | 12.956.450 | | 30,97 | 31/03/2001 | | SIM | |
| 002 | União Federal | | | | | | | 00.000.000-0000/00 | | Brasileira | | BR |
| 3.335.596 | | 20,03 | 0 | | 0,00 | 3.335.596 | | 7,97 | 31/03/2001 | | NÃO | |
| 003 | AES Transgás Empreendimentos Ltda. | | | | | | | 02.625.222-0001/25 | | Brasileira | | RJ |
| 0 | | 0,00 | 16.152.891 | | 64,14 | 16.152.891 | | 38,61 | 31/03/2001 | | NÃO | |
| 004 | AES CEMIG Empreendimentos Inc. | | | | | | | 00.000.000-0000/00 | | Cayman Island | | |
| 0 | | 0,00 | 1.858.601 | | 7,38 | 1.858.601 | | 4,44 | 31/03/2001 | | NÃO | |
| 997 | AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | | | 00.000.000-0000/00 | | | | |
| 0 | | 0,00 | 0 | | 0,00 | 0 | | 0,00 | | | | |
| 998 | OUTROS | | | | | | | 00.000.000-0000/00 | | | | |
| 359.158 | | 2,16 | 7.173.275 | | 28,48 | 7.532.433 | | 18,01 | | | | |
| 999 | TOTAL | | | | | | | 00.000.000-0000/00 | | | | |
| 16.651.204 | | 100,00 | 25.184.767 | | 100,00 | 41.835.971 | | 100,00 | | | | |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

| | | |
|-----------------|--|---|
| 1 - ITEM 001 | 2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA LIGHTGÁS Ltda. | 3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2001 |
|-----------------|--|---|

| 1 - ITEM | | | | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | | | 3 - CPF/CNPJ | | 4 - NACIONALIDADE | | 5 - UF | | |
|---|--|--------|---------------------------------------|-----------------------------------|-------|--------------------------------------|--------------|--------|--------------------|--|------------|--|----|
| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | | 11 - % | 12 - COMP.CAP.SOC. | | | | |
| 001001 | | | | Light Serviços de Eletricidade SA | | | | | 60.444.437-0001/46 | | Brasileira | | RJ |
| 12.956.450.381 | | 100,00 | 0 | | 0,00 | 12.956.450.381 | | 100,00 | | | | | |
| 001999 | | | | TOTAL | | | | | 00.000.000-0000/00 | | | | |
| 12.956.450.381 | | 100,00 | 0 | | 0,00 | 12.956.450.381 | | 100,00 | | | | | |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

| | | |
|-----------------|---|---|
| 1 - ITEM 002 | 2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA União Federal | 3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2001 |
|-----------------|---|---|

| | | | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------------------------|-------|--------------------------------------|--------------|--------------------|--------|
| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - % | 12 - COMP.CAP.SOC. | |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

| | | |
|-----------------|--|---|
| 1 - ITEM 003 | 2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES Transgás Empreendimentos Ltda. | 3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2001 |
|-----------------|--|---|

| | | | | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------------------------|-------|--------------------------------------|--------------|--------------------|-------------------|--------|
| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | 3 - CPF/CNPJ | | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - % | 12 - COMP.CAP.SOC. | | |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

| | | |
|-----------------|--|---|
| 1 - ITEM 004 | 2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES CEMIG Empreendimentos Inc. | 3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2001 |
|-----------------|--|---|

| | | | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------------------------|-------|--------------------------------------|--------------|--------------------|--------|
| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - % | 12 - COMP.CAP.SOC. | |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração:

| 2- ITEM | 3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES | 4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL | 5 - VALOR NOMINAL (Reais) | 6 - QTD. DE AÇÕES (Mil) | 7 - SUBSCRITO (Reais Mil) | 8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil) |
|---------|------------------------|---------------------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------------|----------------------------------|
| 01 | ORDINÁRIAS | NOMINATIVA | | 16.651.204 | 233.313 | 233.313 |
| 02 | PREFERENCIAIS | NOMINATIVA | | 25.184.768 | 809.532 | 809.532 |
| 03 | PREFERENCIAIS CLASSE A | | | 0 | 0 | 0 |
| 04 | PREFERENCIAIS CLASSE B | | | 0 | 0 | 0 |
| 05 | PREFERENCIAIS CLASSE C | | | 0 | 0 | 0 |
| 06 | PREFERENCIAIS CLASSE D | | | 0 | 0 | 0 |
| 07 | PREFERENCIAIS CLASSE E | | | 0 | 0 | 0 |
| 08 | PREFERENCIAIS CLASSE F | | | 0 | 0 | 0 |
| 09 | PREFERENCIAIS CLASSE G | | | 0 | 0 | 0 |
| 10 | PREFERENCIAIS CLASSE H | | | 0 | 0 | 0 |
| 11 | PREFER. OUTRAS CLASSES | | | 0 | 0 | 0 |
| 99 | TOTAIS | | | 41.835.972 | 1.042.845 | 1.042.845 |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

| 1- ITEM | 2 - DATA DA ALTERAÇÃO | 3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil) | 4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil) | 5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO | 7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil) | 8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais) |
|---------|-----------------------|--|---------------------------------------|--------------------------------|---|---|
| 01 | 24/04/1997 | 695.850 | 15.808 | Reserva de Capital | 0 | 0,0000000000 |
| 02 | 22/12/1997 | 1.918.248 | 1.222.398 | Subscrição em Bens ou Créditos | 6.083.396 | 0,2009400000 |
| 03 | 01/01/1998 | 807.159 | (1.111.089) | Cisão do Patrimônio | 0 | 0,0000000000 |
| 04 | 25/03/1998 | 822.845 | 15.686 | Reserva de Capital | 0 | 0,0000000000 |
| 05 | 19/04/1999 | 1.042.845 | 220.000 | Subscrição Pública | 4.888.843 | 45,0000000000 |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

| | | |
|-------------------------|--------------------------|-------------------------|
| 1 - QUANTIDADE (Mil) | 2 - VALOR (Reais Mil) | 3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO |
| 0 | 0 | |

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

| | | | |
|---------|-------------|------------|---|
| 1- ITEM | 2 - ESPÉCIE | 3 - CLASSE | 4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil) |
|---------|-------------|------------|---|

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|-----------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . . / - |
|---------------------|------------------------|-----------------------|

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

| 1 - ITEM | 2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL | 3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil) | 4 - PROVENTO | 5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO | 6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO | 7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES | 8 - CLASSE DAS AÇÕES | 9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil) | 10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO | 11 - Nº DE PARCELAS DE PGTOS. |
|--------------------------|---------------------------------|--|-------------------------------|---|------------------------------------|-----------------------|----------------------|---|--|-------------------------------|
| 12.1 - VALOR DISTRIBUIDO | 12.2 - CORREÇÃO/JUROS | 13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO | 14 - FATOR CORREÇÃO | 15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO | 16 - OBSERVAÇÃO | | | | | |
| 001 | 31/12/1999 | 404.361 | JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO | RCA | 03/03/2000 | ORDINÁRIA | | 43.268 | 0,0025985154 | 0 |
| | 0,0000000000 | 0,0000000000 | 12/04/2000 | 0,0000000000 | | | | | | |
| 002 | 31/12/1999 | 404.361 | JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO | RCA | 03/03/2000 | PREFERENCIAL | | 71.987 | 0,0028583669 | 0 |
| | 0,0000000000 | 0,0000000000 | 12/04/2000 | 0,0000000000 | | | | | | |
| 003 | 31/12/1999 | 404.361 | JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO | RCA | 03/03/2000 | ORDINÁRIA | | 16.985 | 0,0025985154 | 0 |
| | 0,0000000000 | 0,0000000000 | 29/06/2000 | 0,0000000000 | | | | | | |
| 004 | 31/12/1999 | 404.361 | JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO | RCA | 03/03/2000 | PREFERENCIAL | | 28.260 | 0,0028583669 | 0 |
| | 0,0000000000 | 0,0000000000 | 29/06/2000 | 0,0000000000 | | | | | | |
| 005 | 31/12/1999 | 404.361 | DIVIDENDO | RCA | 05/12/2000 | ORDINÁRIA | | 86.859 | 0,0052163751 | 0 |
| | 0,0000000000 | 0,0000000000 | 15/12/2000 | 0,0000000000 | | | | | | |
| 006 | 31/12/1999 | 404.361 | DIVIDENDO | RCA | 05/12/2000 | PREFERENCIAL | | 144.511 | 0,0057380126 | 0 |
| | 0,0000000000 | 0,0000000000 | 15/12/2000 | 0,0000000000 | | | | | | |
| 007 | 31/12/2000 | 238.884 | JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO | RCA | 05/12/2000 | ORDINÁRIA | | 58.940 | 0,0035396675 | 0 |
| | 0,0000000000 | 0,0000000000 | 15/12/2000 | 0,0000000000 | | | | | | |
| 008 | 31/12/2000 | 238.884 | JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO | RCA | 05/12/2000 | PREFERENCIAL | | 98.060 | 0,0038936343 | 0 |
| | 0,0000000000 | 0,0000000000 | 15/12/2000 | 0,0000000000 | | | | | | |
| 009 | 31/12/2000 | 238.884 | DIVIDENDO | RCA | 14/03/2001 | ORDINÁRIA | | 28.558 | 0,0017150887 | 0 |
| | 0,0000000000 | 0,0000000000 | 30/03/2001 | 0,0000000000 | | | | | | |
| 010 | 31/12/2000 | 238.884 | DIVIDENDO | RCA | 14/03/2001 | PREFERENCIAL | | 47.514 | 0,0018865975 | 0 |
| | 0,0000000000 | 0,0000000000 | 30/03/2001 | 0,0000000000 | | | | | | |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

| 1 - ITEM | 2 - ESPÉCIE DA AÇÃO | 3 - CLASSE DA AÇÃO | 4 - % DO CAPITAL SOCIAL | 5 - CONVERSÍVEL | 6 - CONVERTE EM | 7 - DIREITO A VOTO | 8 - TAG ALONG % | 9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL | 17 - OBSERVAÇÃO |
|-------------|------------------------|--------------------|-------------------------|-----------------|------------------|----------------------|------------------------|--|-----------------|
| 10 - PRÊMIO | 11 - TIPO DE DIVIDENDO | 12 - % DIVIDENDO | 13 - R\$/AÇÃO | 14 - CUMULATIVO | 15 - PRIORITÁRIO | 16 - CALCULADO SOBRE | | | |
| 01 | ORDINÁRIA | | 39,80 | | | PLENO | 0,00 | | |
| | | 0,00 | 0,00000 | | | | | | |
| 02 | PREFERENCIAL | | 60,20 | | | NÃO | 0,00 | SIM | |
| SIM | | 25,00 | 0,00000 | | | | LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO | | |

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

| | |
|--|--|
| 1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO | 2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO) |
| | 0,00 |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|-----------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . . / - |
|---------------------|------------------------|-----------------------|

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

| | | |
|---|--|-------------------|
| 1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO | 2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil) | 3 - PERIODICIDADE |
| | 0 | |

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

| 4 - ITEM | 5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES | 6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil) | 7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil) | 8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil) |
|----------|---|--|---|---|
| 01 | PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS | 0 | 0 | 0 |
| 02 | PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS | 0 | 0 | 0 |
| 03 | PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES | 0 | 0 | 0 |
| 04 | PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS | 0 | 0 | 0 |
| 05 | CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA | 0 | 0 | 0 |
| 06 | CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA | 0 | 0 | 0 |
| 07 | OUTRAS CONTRIBUIÇÕES | 0 | 0 | 0 |
| 08 | LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO | 238.884 | 404.361 | 0 |
| 09 | PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO | 0 | 0 | 471.471 |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

| 1 - ITEM | 2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA | 3 - CNPJ | 4 - CLASSIFICAÇÃO | 5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA | 6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA |
|--|---|--|---------------------------------------|---|--|
| 7 - TIPO DE EMPRESA | | 8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL | 9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL | 10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil) | |
| 11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL | 12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL | 13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil) | 14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL | 15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL | 16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil) |
| 01 | METROPOLITANA OVERSEAS LTD. | 00.000.000/0000-00 | FECHADA CONTROLADA | 9,91 | 100,00 |
| | EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | 01/01/2000 | 31/12/2000 | | 10 |
| 01/01/1999 | 31/12/1999 | 10 | 01/01/1998 | 31/12/1998 | 10 |
| 02 | ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA. | 02.875.211/0001-01 | FECHADA CONTROLADA | 0,01 | 100,00 |
| | EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | 01/01/2000 | 31/12/2000 | | 100 |
| 01/01/1999 | 31/12/1999 | 10 | 01/01/1998 | 31/12/1998 | 10 |
| 03 | ELETROGER LTDA. | 02.868.745/0001-00 | FECHADA CONTROLADA | 0,01 | 100,00 |
| | EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | 01/01/2000 | 31/12/2000 | | 100 |
| 01/01/1999 | 31/12/1999 | 1 | | | 0 |
| 04 | METROPOLITANA OVERSEAS II LTD. | 00.000.000/0000-00 | FECHADA CONTROLADA | 3,25 | 100,00 |
| | EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | 01/01/2000 | 31/12/2000 | | 1 |
| 01/01/1999 | 31/12/1999 | 1 | | | 0 |
| 05 | ELETROPAULO COMERCIAL EXPORTADORA LTDA. | 00.000.000/0000-00 | FECHADA CONTROLADA | 0,01 | 100,00 |
| | EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | 01/01/2000 | 31/12/2000 | | 1 |
| | | 0 | | | 0 |
| 06 | LOGESTIC.COM S.A. | 04.241.221/0001-02 | ABERTA CONTROLADA | 0,01 | 50,00 |
| | EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | 01/01/2000 | 31/12/2000 | | 10 |
| | | 0 | | | 0 |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|------------------------|----------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| - | | . . / - |

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

| | |
|--------------------------------------|-------------------------------|
| 1 - ITEM | 01 |
| 2 - Nº ORDEM | 04 |
| 3 - Nº REGISTRO NA CVM | SEP/GER/DEB-96/161 |
| 4 - DATA DO REGISTRO CVM | 07/11/1996 |
| 5 - SÉRIE EMITIDA | 1 |
| 6 - TIPO DE EMISSÃO | SIMPLES |
| 7 - NATUREZA EMISSÃO | PÚBLICA |
| 8 - DATA DA EMISSÃO | 28/12/1995 |
| 9 - DATA DE VENCIMENTO | 01/01/2002 |
| 10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE | SUBORDINADA |
| 11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE | 94,5174% DA VARIAÇÃO DA ANBID |
| 12 - PRÊMIO/DESÁGIO | |
| 13 - VALOR NOMINAL (Reais) | 1.860.380,00 |
| 14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil) | 186.038 |
| 15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE) | 100 |
| 16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE) | 40 |
| 17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE) | 0 |
| 18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE) | 60 |
| 19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE) | 0 |
| 20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE) | 0 |
| 21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO | 28/12/1995 |
| 22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO | 01/01/2001 |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|------------------------|----------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| - | | . . / - |

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

| | |
|--------------------------------------|------------------|
| 1 - ITEM | 02 |
| 2 - Nº ORDEM | 07 |
| 3 - Nº REGISTRO NA CVM | SRE/DEB/2000/020 |
| 4 - DATA DO REGISTRO CVM | 28/07/2000 |
| 5 - SÉRIE EMITIDA | 1 |
| 6 - TIPO DE EMISSÃO | SIMPLES |
| 7 - NATUREZA EMISSÃO | PÚBLICA |
| 8 - DATA DA EMISSÃO | 01/04/2000 |
| 9 - DATA DE VENCIMENTO | 01/10/2002 |
| 10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE | REAL |
| 11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE | IGP-M |
| 12 - PRÊMIO/DESÁGIO | 12,2% a.a. |
| 13 - VALOR NOMINAL (Reais) | 1.080,42 |
| 14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil) | 378.147 |
| 15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE) | 350.000 |
| 16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE) | 175.000 |
| 17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE) | 175.000 |
| 18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE) | 0 |
| 19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE) | 0 |
| 20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE) | 0 |
| 21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO | 01/08/2000 |
| 22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO | 01/10/2001 |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|------------------------|----------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| - | | . . / - |

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

| | |
|--------------------------------------|------------------|
| 1 - ITEM | 03 |
| 2 - Nº ORDEM | 07 |
| 3 - Nº REGISTRO NA CVM | SRE/DEB/2000/021 |
| 4 - DATA DO REGISTRO CVM | 28/07/2000 |
| 5 - SÉRIE EMITIDA | 2 |
| 6 - TIPO DE EMISSÃO | SIMPLES |
| 7 - NATUREZA EMISSÃO | PÚBLICA |
| 8 - DATA DA EMISSÃO | 01/04/2000 |
| 9 - DATA DE VENCIMENTO | 01/04/2003 |
| 10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE | REAL |
| 11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE | IGP-M |
| 12 - PRÊMIO/DESÁGIO | 12,2% a.a. |
| 13 - VALOR NOMINAL (Reais) | 1.080,42 |
| 14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil) | 378.147 |
| 15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE) | 350.000 |
| 16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE) | 175.000 |
| 17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE) | 175.000 |
| 18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE) | 0 |
| 19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE) | 0 |
| 20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE) | 0 |
| 21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO | 01/08/2000 |
| 22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO | 01/04/2001 |

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

1899

A Light chega ao País. Em 7 de abril, um grupo de empresários canadenses funda a The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited. Uma carta patente, expedida pela rainha Vitória do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, delineia os objetivos da nova companhia no Brasil quanto à produção de energia. O comunicado real menciona ainda poderes para estabelecer “também linhas telegráficas e telefônicas” e compra “de quaisquer bens móveis e imóveis, terras e direitos inerentes, inclusive referentes a energia hidráulica, lagos, açudes, rios e correntes de água”. A 17 de junho, o presidente da República, o paulista Campos Salles, assina o Decreto nº 3.349, que autoriza o funcionamento da Light.

1900 – 1910

Em 7 de maio de 1900, o presidente do Estado de São Paulo e futuro presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, aciona os dínamos da usina provisória a vapor instalada pela Light na rua São Caetano, no centro paulistano. Horas depois, sai às ruas um bonde elétrico da linha Barra Funda-Santa Ifigênia, a primeira da Capital e a primeira da Light no País. Já em 23 de setembro de 1901, é inaugurada a usina hidrelétrica de Parnaíba, no rio Tietê, a primeira da Light no Brasil – um passo decisivo para estender as linhas de bondes, fornecer energia às indústrias e disputar a iluminação pública com a San Paulo Gas.

Em 1903, é criada a Sbel – Sociedade Beneficente dos Empregados da Light.

1911 – 1920

A 14 de março de 1911, é assinado o primeiro contrato da Light com o governo paulista para iluminar as avenidas Brigadeiro Luiz Antonio e Higienópolis. Nesse ano, firma ainda um contrato com o governo estadual para instalar luz elétrica nas ruas não servidas pela iluminação a gás. Em 1912 entra em funcionamento a usina de Paula Souza, a vapor, com duas máquinas de 2.000 kW cada. Total da energia produzida pela Companhia : 20.000 kW. Chegam a São Paulo os anúncios luminosos, a Light inaugura sua fábrica de postes na Baixada do Glicério e os investimentos em geração continuam : em 1914, entra em operação a usina de Itupararanga, com três geradores de 12.500 kW cada. A energia produzida pela Light atinge 57.500 kW.

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

1921 – 1930

A Light começa a construir a sede da rua Xavier de Toledo, em 1925. No mesmo ano, é concluída a Usina de Rasgão e ampliada a de Paula Souza, elevando a produção de energia para 102.500 kW. Em 1926, é inaugurada a máquina nº 1 da Usina de Cubatão, fornecendo 28.000 kW. A Empresa amplia sua área de concessão. Em 1928, incorpora empresas do Vale do Paraíba e Oeste paulista. A energia produzida chega a 178.724 kW. Em 1930, explode a revolução liderada por Getúlio Vargas. O presidente Washington Luís é deposto. Vargas toma posse.

1931 – 1940

Um dos primeiros atos de Getúlio Vargas no poder é o Decreto nº 20.395, que suspende atos de alienação e similares de qualquer curso perene ou queda d'água, refreando o processo de concentração do setor elétrico verificado na década de 20 e afetando diretamente a Light. Novo decreto, em 1933, declara nula qualquer estipulação de pagamento em ouro, como eram fixadas conforme contrato entre a Light e o governo brasileiro as tarifas de energia elétrica. Em 10 de julho de 1934, é promulgado o Código de Águas, que durante ano serviu de instrumento legal básico de regulamentação do setor elétrico. Em 1939, começa a Segunda Guerra Mundial.

1941 – 1950

Em 1942, o Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália. Três anos depois, em 1945, termina o conflito mundial e Getúlio Vargas é deposto, começando no País um processo de redemocratização. Nas eleições presidenciais é eleito o general Eurico Gaspar Dutra. Em São Paulo, em 1947, todo o sistema de transportes coletivos da Light é transferido para a municipalidade – cria-se a CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos). Confirmava-se assim a tendência que vinha desde os anos 30 de a Light desvincular-se dos transportes coletivos para se concentrar somente no setor elétrico.

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

1951 – 1960

O governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, apresenta o Plano Básico Energético, que, entre outros itens, propõe a criação de uma holding para centralizar todas as atividades do Estado relativas à produção de energia elétrica. Nasce, assim, a semente da Cesp. Em 1954, é inaugurada a Usina Termoelétrica Piratininga. Em 1955, o governo federal autoriza a importação de material elétrico para fomentar a indústria elétrica pesada. A Light, por outro lado, conclui a construção da parte subterrânea da Usina Henry Borden, em Cubatão. Em 1960, Juscelino Kubitschek inaugura Brasília.

1961 – 1970

A Light inicia o atendimento por telefone e faz seu último investimento em geração de energia, com a ampliação da Usina Henry Borden para 864.000 kW. O total de produção da Companhia chega a 1,4 milhão de kW. Em 1962, é assinado o Decreto nº 1.178, que regulamenta a criação da Eletrobrás. Em 1964, porém, a política brasileira muda de rumos com o golpe militar. O presidente João Goulart é deposto e assume o general Castello Branco. Em 1966, é criada a Cesp (Centrais Elétricas do Estado de São Paulo). A partir daí, unificam-se onze empresas controladas pelo governo estadual.

1971 – 1980

Em 1973, já denominada Brascan, a holding do grupo Light controla acionariamente 32 empresas, das quais apenas a Light – Serviços de Eletricidade S.A., explorava serviço público. Nesse mesmo ano, a Light reformula o sistema de atendimento ao consumidor, com sistema de comunicação mais eficiente e novos veículos. A tônica de suas campanhas publicitárias é sobre temas como o cuidado ao soltar pipas, a necessidade de vacinar os cães ou o tricampeonato de futebol em 1970. Finalmente, em 1979, a Light é comprada pelo governo federal, através da Eletrobrás, por US\$ 1,5 bilhão, incluindo sua dívida externa.

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

1981 – 1990

Em 1981, a Light em São Paulo passa para o controle do governo do Estado. É criada a Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A. Já sob o controle estatal, em 1985 implanta a primeira etapa do Sistema de Supervisão e Controle (SSC), visando melhorar a distribuição de energia. Em 1987 é instalado o Centro de Operação do Sistema (COS), programado para recolher dados relativos ao sistema hidráulico da Empresa na Grande São Paulo. No final da década, em 25 de setembro de 1990, a Eletropaulo atinge 5 milhões de ligações, atendendo 20,6 milhões de pessoas em sua área de concessão. Por suas redes de distribuição passam 26% da energia consumida no País (cerca de 31.216 GWh). Nesse ano a Eletropaulo gera 10% da energia que fornecia. Sua capacidade instalada é de 1.390 MW (880 da Usina Henry Borden, 470 da Termoelétrica Piratininga e 40 de pequenas centrais).

1991 – 2000

Em 05.07.1996, foi promulgada a Lei Estadual nº 9.361, que criou o Programa Estadual de Desestatização dispondo sobre a reestruturação societária e patrimonial do setor energético. Cumprindo as determinações do Conselho Diretor do PED foram contratados, mediante licitação os serviços de avaliação patrimonial da Eletropaulo à propositura de modelagem que melhor atendesse aos objetivos de desestatização.

Nos termos da referida Lei, e de acordo com o resultado dos estudos realizados pelas empresas especializadas contratadas para este fim, o Conselho Diretor do PED recomendou e o Exmo. Sr. Governador do Estado aprovou, na forma prevista no artigo 2229, da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com redação dada pela Lei nº 9.457, de 05.05.1997, a cisão parcial da Eletropaulo, a ser efetuada mediante a transferência de parcelas do seu patrimônio para três sociedades constituídas para esse fim.

Como mais uma etapa para execução do PED, o Estado de São Paulo, na condição de acionista controlador, aprovou a constituição das sociedades denominadas :- EBE – Empresa Bandeirante de Energia S.A.; EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.; e EPTE – Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A..

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31.12.1997, foi aprovada a cisão parcial da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A., com versão de parcelas de seu patrimônio, avaliadas pelo seu valor contábil, em laudo de avaliação referido à 02.12.1997, para incorporação, pelas sociedades citadas no parágrafo anterior, nos termos e condições previstos no Protocolo de Cisão Parcial, eventos esses a serem efetivados em 01.01.1998.

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Em leilão realizado no dia 15.04.1998, na BOVESPA a Lightgás Ltda., formada pelos grupos AES Corporation, Reliant Energy International, EDF – Electricité de France e CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, adquiriu por R\$ 2.026.732 mil, 74,88% do capital votante da Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A..

Em 15.6.1998, foi assinado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/98, com prazo de duração da concessão de 30 anos.

Em 1998 foi constituída a Metropolitana Overseas Ltd., uma subsidiária integral sediada nas Ilhas Cayman, tendo como objetivo irrestrito e sem limitações, administrar os negócios de uma empresa de investimento e atuando como divulgadora e empreendedora. Neste mesmo ano foi constituída a Eletropaulo Telecomunicações Ltda., tendo como objetivo a prestação de serviços de telecomunicações em geral por quaisquer meios disponíveis, a prestação de serviços técnicos, consultoria, manutenção e a participação em outras sociedades.

Em 1999 foi constituída a Eletroger Ltda., tendo como objetivo a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de usina termelétrica, bem como, a compra e venda de energia elétrica. Ainda neste ano foi também constituída a Metropolitana Overseas II Ltda., uma subsidiária integral sediada nas Ilhas Cayman, tendo como objetivo irrestrito e sem limitações, administrar os negócios de uma empresa de investimento e atuando como divulgadora e empreendedora.

Em 2000 foi constituída a Eletropaulo Comercial Exportadora Ltda., tendo como objetivo comprar e vender, importar e exportar, por conta própria e de terceiros, sob comissão ou consignação, qualquer tipo de energia, principalmente a elétrica; produtos relacionados a telecomunicações e informática em geral, por quaisquer meios disponíveis; e produto de origem agrícola, animal ou mineral, em estado natural ou industrializado. Neste mesmo ano foi constituída a Logestic.com S.A., tendo como objetivo desenvolver, implantar e ofertar serviços de “e-procurement” que aumentem a eficiência da cadeia de suprimentos, bem como produzir, instalar e manter sistemas de informática; prestar serviços de comunicação, publicidade e propaganda em geral; prestar serviços de comunicação e de provimento de acesso via internet; prestar serviços e atividades relativos à distribuição de produtos e comércio eletrônico.

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Em 11.12.2000 nos termos da Instrução CVM nº 31/84, a THE AES CORPORATION, a EDF INTERNATIONAL S.A. ("EDF"), a COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL ("CSN"), a AES TREASURE COVE LTD. ("ATC") e a ENERGY I CORP. ("Energy I"), as três primeiras acionistas integrantes do grupo controlador da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light"), firmaram um Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato"), visando a aquisição pela EDF e a AES, esta última através de sua subsidiária ATC, da totalidade da participação da Energy I, subsidiária da CSN, na Light, correspondente a 1.287.401.617 ações ordinárias, representativas de 9,18% do capital social total da Light. Desta forma a AES e EDF, após o fechamento da operação de aquisição das ações, serão, em conjunto, as acionistas controladoras da Light e, indiretamente, de sua subsidiária Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A ELETROPAULO METROPOLITANA Eletricidade de São Paulo S.A., como toda concessionária de energia elétrica é regida pelo Decreto n.º 24.643, de 10/07/34 (Código de Águas), sendo que os serviços de energia elétrica foram regulamentados pelo Decreto n.º 41.019, de 26/02/57, e possui características muito peculiares que a diferencia das outras empresas do sistema econômico, principalmente nos seguintes aspectos:

É uma empresa de prestação de serviços públicos de energia elétrica, por concessão da União, tendo como Poder Concedente, a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, subordinada ao Ministério das Minas e Energia, define "a priori" uma série de parâmetros a saber:

- a) padronização dos procedimentos contábeis, conforme Resolução n.º 1, da ANEEL, de 24 de dezembro de 1997;
- b) normatização dos procedimentos comerciais;
- c) padrões de atendimento aos consumidores;
- d) planejamento da expansão e gestão do sistema de forma integrada.

- não sendo o produto da empresa fisicamente acumulável, a capacidade das instalações e portanto, a seu vulto, deverão ser determinados de maneira que possam satisfazer, a qualquer momento, a máxima demanda de potência solicitada, além de uma indispensável reserva para o caso de reparos ou acidentes.

Até março de 1993 o setor se estruturou segundo um regime de equalização tarifária em todo o território nacional. Tal regime estabeleceu a garantia de remuneração mínima de 10%, e máxima de 12%, aplicada sobre seus ativos e estabeleceu um mecanismo de compensação entre as empresas, baseados no recolhimento da RENCOR - Reserva Nacional de Compensação de Remuneração, (empresas com excesso de remuneração) e nos créditos extra-patrimoniais de CRC - Conta de Resultados a Compensar (empresas com remuneração insuficiente).

A Lei n.º 8.631 e o Decreto n.º 774, ambos publicados em março/93 e a alteração feita através da Lei n.º 8.724 de 28/10/93, determinaram a extinção da remuneração garantida, da CRC e do RENCOR cabendo às concessionárias o direito de propor os seus níveis tarifários de acordo com seus custos, sendo também possível a compensação de débitos setoriais, que resultaram em significativa redução do passivo da Empresa.

As transformações institucionais no setor elétrico, seguiram-se com a promulgação dos Decretos n.º 915/93, que autorizou a formação de consórcios para geração de energia elétrica a ser utilizada nas respectivas unidades consumidoras e do Decreto n.º 1.009/93, que instituiu a SINTREL - Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica, abrindo o acesso da malha de transmissão aos auto-produtores e até outras concessionárias não conectadas ao sistema do produtor. O SINTREL sinaliza para a introdução da concorrência na geração de energia elétrica.

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

As principais mudanças na exploração dos serviços públicos foram introduzidas pelas Leis nºs 8.987/95, que dispôs sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos tratados no artigo 175 da Constituição Federal, e 9.074/95, que estabelece normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões desses serviços.

Essa legislação preocupou-se em estimular a competitividade, acabar com o monopólio estatal, negando-se exclusividade às novas concessões, proporcionando ao consumidor o direito de optar pelo prestador de serviço. Os serviços públicos de energia podem ser adquiridos por concessão (sempre mediante licitação), ou por autorização do Poder Concedente.

O artigo 42, da Lei n.º 8.987/95, dispõe que as concessões outorgadas antes da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, são consideradas válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato da outorga. O Decreto n.º 1717/95, estabeleceu procedimentos para prorrogação das concessões de serviços públicos.

Em 10/09/96, foi aprovado o Decreto n.º 2.003, que regulamenta a produção de energia elétrica por produtor independente e por auto-produtor, sendo o primeiro o novo agente criado pela atual legislação do setor elétrico.

Em 26/12/96, através da Lei n.º 9.427, foi constituída a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que tem por finalidade regular e fiscalizar a Produção, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do Governo Federal, em substituição ao DNAEE - Departamento Nacional de Energia Elétrica.

Através da Resolução ANEEL n.º 30, de 30/12/97, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando o processo de reestruturação societária e patrimonial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., empreendido pelo Governo do Estado de São Paulo, no contexto do Programa Estadual de Desestatização, com a criação de uma empresa de Geração, uma de Transmissão e duas de Distribuição, resolveu, principalmente, sobre o seguinte:

- Anuir ao processo de reestruturação societária da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.
- As empresas que vierem a ter seu controle societário alienado à iniciativa privada, serão outorgadas e contratadas novas concessões, pelo prazo de 30 anos, nos termos dos art. 27 e 30 da Lei n.º 9.074/95.
- As concessões para linhas e subestações que constituem o sistema de transmissão, em virtude do seu controle societário continuar com o Estado de São Paulo, deverão ser objeto de prorrogação de prazo de concessão nos termos da Lei n.º 9.074/95 e do Decreto n.º 1.717, de 24 de novembro de 1995.

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) foi criada pela Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998 e regulamentado pelo Decreto nº 2.655, a missão de ONS é a coordenação e controle da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados, assegurando a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. As principais atribuições da ONS que interferem diretamente no relacionamento do órgão com as distribuidoras são:

- contratação e administração dos serviços de transmissão, do acesso à rede e dos serviços ancilares;

- proposição a ANEEL das ampliações e reforços da rede básica de transmissão;

- definição das regras para operação da rede básica de transmissão, a serem aprovados pela ANEEL.

O MAE (Mercado Atacadista de Energia Elétrica) foi criada pela Lei nº 9.648 de 28 de maio de 1998, sua missão principal é a implantação do Mercado Atacadista de Energia, através do estabelecimento de regras transparentes para o funcionamento do Mercado, criação de um sistema logístico e computacional que permita a aplicação das regras e possibilite as transferências financeiras resultantes das transações e o estabelecimento de uma estrutura organizacional para a administração dessas operações.

O objetivo do MAE é criar o ambiente onde se processam a compra e venda de energia elétrica através de contratos bilaterais e de contratos de curto prazo, regulado por contrato multilateral.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|----------------|------------------------|----------|
| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
| - | | . . / - |

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

| 1- ITEM | 2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS | 3 - % RECEITA LÍQUIDA |
|---------|--|-----------------------|
| 01 | Distribuição Venda E.E. Alta Tensão Industrial | 19,89 |
| 02 | Distribuição Venda E.E. Alta Tensão Comercial | 11,07 |
| 03 | Distribuição Venda E.E. Alta Tensão Outras | 4,06 |
| 04 | Distribuição Venda E.E. Baixa Tensão Industrial | 3,72 |
| 05 | Distribuição Venda E.E. Baixa Tensão Comercial | 16,96 |
| 06 | Distribuição Venda E.E. Baixa Tensão Residencial | 40,83 |
| 07 | Distribuição Venda E.E. Baixa Tensão Outras | 3,47 |

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA

1 - Introdução:

A comercialização da energia elétrica compreende um conjunto de ações orientadas, aplicadas em determinados segmentos de mercado, cujos resultados esperados devem atender as diretrizes definidas no processo de planejamento da concessionária, visando o cumprimento de seus objetivos.

Portanto, a definição de programas de comercialização tem como base o estudo permanente do mercado, no sentido de identificar características próprias de determinados segmentos, que possam ser traduzidas em oportunidades para a oferta de determinados produtos - diferentes modalidades de fornecimento de energia, os quais são desenvolvidos e apresentados sob a forma de programas, que atendem aos interesses do mercado, bem como as diretrizes da Empresa.

2 - O Novo Arranjo do Setor Elétrico

Nos últimos anos, em particular, uma profunda reestruturação vem sendo implementada no setor elétrico nacional, implicando em significativas alterações nos conceitos e princípios empregados nas atividades de comercialização, que hoje passam a se dar de forma desverticalizada, com a dissociação de seus negócios dedicados à geração, à transmissão, à distribuição e à comercialização de energia, propriamente dita.

Paralelamente, as atividades de geração e de comercialização de energia vem sendo desregulamentadas, enquanto a transmissão e a distribuição de energia, que por sua natureza se constituem em monopólios naturais, continuam sendo tratados como serviços públicos regulados e devem, sempre, permitir o livre acesso de qualquer interessado aos sistemas existentes para o transporte de energia.

Com relação ao mercado foi estabelecido o conceito de "cliente livre", que se refere à possibilidade de um dado consumidor definir, a seu exclusivo critério, de quem deseja adquirir a energia elétrica para atendimento de suas necessidades. Essa possibilidade vem sendo gradualmente estendida ao mercado, tendo se iniciado pelos clientes de maior porte e devendo, em alguns anos, abranger a totalidade dos consumidores.

Assim como no lado do consumo, também a contratação da energia gerada pelos diversos agentes do setor elétrico, em particular geradores e distribuidores, também está obedecendo a um processo gradual de adaptação, com uma redução dos contratos de suprimento vigentes, firmados ainda no arranjo regulado e, portanto, não tendo sido objeto de livre negociação entre as partes.

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Para viabilizar esse novo modelo, foi criado o Mercado Atacadista de Energia - MAE, no qual se processarão todos os grandes negócios do setor, envolvendo a liquidação e contabilização dos intercâmbios de energia entre seus diversos agentes, quer sejam objeto de contratos de longo prazo firmados entre os mesmos, quer sejam objeto de compra e venda no chamado mercado spot, que passa a dar ambiência às fontes de geração e aos consumidores livres que optarem por atuar no contexto competitivo de curto prazo.

Com este novo arranjo, a comercialização de energia junto a consumidores finais passou a exigir dos agentes do setor o desenvolvimento de estruturas e processos adequados a um modelo onde tanto o suprimento de energia quanto sua colocação no mercado de consumo se dão em ambiente competitivo, com novas preocupações voltadas à manutenção e à ampliação de sua base mercadológica, não mais circunscrita a uma área geográfica de concessão. Nesse sentido, assumem particular importância serviços complementares que possam ser prestados ao cliente propiciando um atendimento mais amplo às suas necessidades energéticas.

Adicionalmente, as atividades de transmissão e distribuição de energia, embora ainda objeto de monopólio assegurado por concessão, passam a ser cada vez mais pressionadas pelo mercado e pelo regulador em termos de qualidade e modicidade dos serviços prestados, uma vez que se constituem no elo viabilizador de todos os demais negócios do setor.

3 - Mercado

Mesmo com a profunda alteração acima descrita, certas características inerentes ao fornecimento de energia elétrica ainda permitem a segmentação do mercado segundo as características em que se dá seu atendimento físico.

Assim, os consumidores são classificados segundo dois grandes grupos tarifários, o Grupo A - Alta Tensão, atendido em tensões superiores a 2,3 kV e o Grupo B - Baixa Tensão, atendido em tensões inferiores.

O Grupo A é subdividido em vários subgrupos distribuídos segundo a tensão de fornecimento, conforme se observa a seguir, não havendo distinção entre as classes de consumo.

| | |
|--------------|--|
| Subgrupo A1 | - 230 kV ou mais |
| Subgrupo A2 | - 88 kV a 138 kV |
| Subgrupo A3 | - 69 kV |
| Subgrupo A3a | - 30 kV a 44kv |
| Subgrupo A4 | - 2,3 kV a 25 kV |
| Subgrupo AS | - sistema subterrâneo, em baixa tensão |

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Salienta-se que no Grupo A se encontram os maiores clientes de energia, em sua grande maioria indústrias e estabelecimentos comerciais e de serviços.

O Grupo B é subdividido em vários subgrupos, compreendendo as diferentes classes de consumo:

| | |
|-------------|----------------------|
| Subgrupo B1 | - Residencial |
| Subgrupo B2 | - Rural |
| Subgrupo B3 | - Demais Classes |
| Subgrupo B4 | - Iluminação Pública |

4 - Tarifas:

Para clientes que exerçam seu direito de opção de serem tratados como livres, as tarifas a serem aplicadas são objeto de livre negociação.

Para clientes que não sejam tratados como livres, por não apresentarem as características definidas na legislação pertinente ou por não exercerem seu direito de opção, as tarifas de energia elétrica continuam sendo reguladas e devem obedecer a determinadas estruturas definidas pelo órgão regulador.

Para o Grupo A é empregado um sistema tarifário binômio, que envolve a medição e faturamento de duas grandezas: o consumo (kWh) e a demanda (kW). A cada uma dessas grandezas está associada uma tarifa específica. Essas tarifas específicas são diferentes para cada um dos Subgrupos, sendo menores para as maiores tensões de fornecimento.

Existem, ainda, dois Sistemas Tarifários - Convencional e Horo-Sazonal:

- O Sistema Tarifário Convencional é baseado na aplicação de tarifas de consumo (kWh) e demanda (kW), sem diferenciação de valores ao longo do dia, da semana ou do ano.
- O Sistema Tarifário Horo-Sazonal está baseado na aplicação de tarifas de consumo (kWh) e demanda (kW) variáveis ao longo do dia e da semana - horários de ponta e fora de ponta - e ao longo do ano - períodos seco e úmido.

O Sistema Tarifário Horo-Sazonal objetiva estimular o deslocamento de parte da carga para horários em que o sistema elétrico está menos carregado e orientar o consumo para períodos do ano em que houver maior disponibilidade de água nos reservatórios, levando o mercado a utilização de energia elétrica de forma mais compatível com o potencial de produção e distribuição existente no sistema elétrico interligado, propiciando redução de seus custos. Os preços diferenciados também permitem que o consumidor reduza suas despesas com eletricidade tendo em vista eventual possibilidade de menor utilização de energia elétrica no horário de ponta e no período seco, em função de tarifas mais caras.

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Para o Grupo B é empregado um sistema tarifário monômio, com medição e faturamento de uma única grandeza, o consumo (kWh), com tarifas diferenciadas de acordo com o Subgrupo e com características técnicas da instalação.

5 – DISTRIBUIÇÃO

A prestação do serviço público de energia elétrica é viabilizada através de redes de transmissão e distribuição, ramificadas em toda a extensão da área de concessão da empresa. Esse serviço é prestado diretamente pela ELETROPAULO METROPOLITANA Eletricidade de São Paulo S.A., aos consumidores subdivididos em varias classes de tensão e de consumo.

6 - MERCADOS

(CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DA ELETROPAULO)

A principal característica da área de concessão da ELETROPAULO METROPOLITANA é englobar um extraordinário polo consumidor e produtor, circunscrito a uma pequena área de 4.526 Km2. Em sua área de concessão que engloba 24 municípios, localizados na região da Grande São Paulo, estão 15 milhões de habitantes. Atualmente a Companhia atende cerca de 4,5 milhões de clientes. Para atender este mercado a ELETROPAULO METROPOLITANA distribuiu em 2000 37.424 Gwh, participando o consumo industrial em 32%, a residencial a 34%, o comercial em 25% e demais classes em 9%.

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

2000

| Classe de Renda | N.º de Consumidores Faturados | MWh | R\$ (mil) |
|---------------------|-------------------------------|------------|-----------|
| Residencial | 4.137.492 | 12.599.582 | 1.936.329 |
| Industrial | 46.121 | 11.887.425 | 1.118.589 |
| Comercial | 426.433 | 9.509.206 | 1.328.318 |
| Rural | 747 | 24.693 | 2.105 |
| Poder Público: | 16.593 | 1.031.070 | 152.460 |
| Federal | 1.021 | 119.702 | 16.801 |
| Estadual | 3.734 | 549.734 | 78.003 |
| Municipal | 11.838 | 361.634 | 57.656 |
| Iluminação Pública | 1.386 | 893.778 | 81.688 |
| Serviço Público | 897 | 1.478.289 | 119.203 |
| Subtotal | 4.629.669 | 37.424.043 | 4.738.692 |
| Não Faturado | | | (6.151) |
| Subtotal | | | 4.732.541 |
| (+) Outras Receitas | | | 186.634 |
| (-) Outras Deduções | | | (287.250) |
| Total | | | 4.631.925 |

1999

| Classe de Renda | N.º de Consumidores Faturados | MWh | R\$ (mil) |
|---------------------|-------------------------------|------------|-----------|
| Residencial | 3.983.516 | 12.348.864 | 1.656.627 |
| Industrial | 47.252 | 11.205.544 | 961.598 |
| Comercial | 419.506 | 8.508.965 | 1.058.842 |
| Rural | 708 | 24.129 | 1.673 |
| Poder Público: | 16.678 | 938.028 | 117.360 |
| Federal | 890 | 113.246 | 13.448 |
| Estadual | 3.754 | 490.991 | 58.089 |
| Municipal | 12.034 | 333.791 | 45.822 |
| Iluminação Pública | 1.288 | 929.751 | 71.003 |
| Serviço Público | 917 | 1.445.232 | 99.366 |
| Subtotal | 4.469.865 | 35.400.513 | 3.966.468 |
| Não Faturado | | | 57.030 |
| Subtotal | | | 4.023.498 |
| (+) Outras Receitas | | | 106.970 |
| (-) Outras Deduções | | | (266.841) |
| Total | | | 3.863.627 |

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

| 1998 | | | |
|---------------------|-------------------------------|------------|-----------|
| Classe de Renda | N.º de Consumidores Faturados | MWh | R\$ (mil) |
| Residencial | 3.914.047 | 12.120.424 | 1.476.879 |
| Industrial | 49.519 | 12.047.435 | 922.521 |
| Comercial | 417.543 | 8.084.791 | 919.799 |
| Rural | 905 | 23.603 | 1.503 |
| Poder Público: | | | |
| Federal | 814 | 102.542 | 11.238 |
| Estadual | 3.724 | 507.976 | 56.122 |
| Municipal | 11.634 | 330.347 | 39.605 |
| Iluminação Pública | 1.302 | 967.829 | 67.477 |
| Serviço Público | 733 | 1.392.890 | 87.355 |
| Subtotal | 4.400.221 | 35.577.837 | 3.582.499 |
| Não Faturado | | | (7.900) |
| Subtotal | | | 3.574.599 |
| (+) Outras Receitas | | | 72.828 |
| (-) Outras Deduções | | | (168.367) |
| Total | | | 3.479.060 |

01417-6

../-

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Integridade, responsabilidade social e justiça são os nossos valores. A partir desses princípios e valores, estamos construindo o perfil que queremos para a Companhia, dividindo-a em 18 unidades de negócios independentes. Dentre elas, uma para atendimento aos clientes corporativos que demandam soluções integradas e outra voltada à comercialização de energia elétrica. A concessão foi organizada em áreas geográficas que, além de viabilizarem um atendimento mais ágil às demandas da comunidade, permitem ao administrador identificar as necessidades e potenciais de cada região e melhorar a qualidade de suas decisões.

É essa, na verdade, a filosofia que orienta a atuação da AES em todo o mundo. Uma filosofia na qual todos somos importantes, porque cada um de nós pode fazer a diferença. Foi reconhecendo esta verdade, que transcende culturas, que a AES nasceu e cresceu. E é com ela que assumimos o firme compromisso de gerir a maior distribuidora de energia da América Latina, a Eletropaulo, para transformá-la no local de trabalho mais fascinante do mundo.

Com o ânimo renovado a cada dia, buscaremos influenciar as decisões do setor para que se viabilizem os investimentos necessários para atender à crescente demanda de um dos mercados mais complexos do cenário internacional. Principalmente nesse momento de transição, pelo qual passa a indústria de energia, precisamos de soluções que tragam benefícios para a sociedade.

Como parte da AES, a Eletropaulo vai cumprir sua missão de servir a comunidade, fornecendo uma energia limpa, segura e confiável.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|-----------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . . / - |
|---------------------|------------------------|-----------------------|

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

| | | | | | | | | | |
|-----------------|-------------------------|----------------------------|---------------------------------|---------------------|--------------|---------------|---------------------------|-----------------------|----------------------|
| 1- ITEM | 2 - TIPO DE PROPRIEDADE | | | | 3 - ENDEREÇO | | | | |
| 4 - MUNICÍPIO | 5 - UF | 6 - ÁREA TOTAL (MIL M²) | 7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²) | 8 - IDADE (ANOS) | 9 - SEGURO | 10 - HIPOTECA | 11 - ALUGADA DE TERCEIROS | 12 - DATA DO CONTRATO | 13 - TÉRMINO LOCAÇÃO |
| 14 - OBSERVAÇÃO | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|-----------|-------------------------------------|---------|---------|----|-----|----------------------------|-----|--|--|--|--|
| 01 | Imóvel - Oficinas Cambuci - CETEMEQ | | | | | Rua Lavapés, 463 - Cambuci | | | | | |
| São Paulo | SP | 107,000 | 111,000 | 36 | SIM | NÃO | NÃO | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|-----------|--------------------------|-------|-------|----|-----|----------------------------------|-----|--|--|--|--|
| 02 | Imóvel - Regional Centro | | | | | Rua 25 de Janeiro, 284/320 - Luz | | | | | |
| São Paulo | SP | 5,000 | 5,000 | 30 | NÃO | NÃO | NÃO | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|-----------|-----------------------|-------|-------|----|-----|--|-----|--|--|--|--|
| 03 | Imóvel - Regional Sul | | | | | Av. Marechal Mario Guedes, 292 - Jaguaré | | | | | |
| São Paulo | SP | 9,000 | 4,000 | 25 | SIM | SIM | NÃO | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|-----------|----------------------------|-------|-------|----|-----|--------------------------------|-----|--|--|--|--|
| 04 | Imóvel - Regional Nordeste | | | | | Av. Imperador, 2607 - Limoeiro | | | | | |
| São Paulo | SP | 7,000 | 4,000 | 36 | NÃO | SIM | NÃO | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|-----------|--------------------|-------|-------|----|-----|---------------------------------|-----|--|--|--|--|
| 05 | Imóvel - ETD Itaim | | | | | Rua Seridó, 106 - Jardim Europa | | | | | |
| São Paulo | SP | 9,000 | 0,000 | 36 | NÃO | NÃO | NÃO | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|-----------|--------------------|-------|-------|----|-----|-----------------------------|-----|--|--|--|--|
| 06 | Imóvel - ETD Saúde | | | | | Av. Jabaquara, 2112 - Saúde | | | | | |
| São Paulo | SP | 6,000 | 0,000 | 36 | NÃO | NÃO | NÃO | | | | |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

| | | | | | | | | | | |
|-----------------|-------------------------|----------------------------|---------------------------------|---------------------|--------------|---------------|---------------------------|-----------------------|----------------------|--|
| 1- ITEM | 2 - TIPO DE PROPRIEDADE | | | | 3 - ENDEREÇO | | | | | |
| 4 - MUNICÍPIO | 5 - UF | 6 - ÁREA TOTAL (MIL M²) | 7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²) | 8 - IDADE (ANOS) | 9 - SEGURO | 10 - HIPOTECA | 11 - ALUGADA DE TERCEIROS | 12 - DATA DO CONTRATO | 13 - TÉRMINO LOCAÇÃO | |
| 14 - OBSERVAÇÃO | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|-----------|----------------------|--------|-------|----|-------------------------------|-----|-----|--|--|--|--|
| 07 | Imóvel - ETD Cambuci | | | | Av. do Estado, 4754 - Cambuci | | | | | | |
| São Paulo | SP | 11,000 | 1,000 | 36 | SIM | NÃO | NÃO | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|-----------|-------------------------|-------|-------|----|---|-----|-----|--|--|--|--|
| 08 | Imóvel - ETD Ibirapuera | | | | R. Manoel de Nóbrega, 1374 - Ibirapuera | | | | | | |
| São Paulo | SP | 4,000 | 0,000 | 30 | NÃO | NÃO | NÃO | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|-----------|--------------------|--------|-------|----|--------------------------------|-----|-----|--|--|--|--|
| 09 | Imóvel - ETD Penha | | | | Rua Cel Rodovalho, 115 - Penha | | | | | | |
| São Paulo | SP | 13,000 | 0,000 | 36 | NÃO | NÃO | NÃO | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|-----------|---------------------------|-------|-------|----|--|-----|-----|--|--|--|--|
| 10 | Imóvel - ETD - Brigadeiro | | | | Av. Brig. Luiz Antonio, 1836 - Bela Vist | | | | | | |
| São Paulo | SP | 3,000 | 9,000 | 14 | NÃO | NÃO | NÃO | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|-----------|---------------------------|-------|--------|---|----------------------------------|-----|-----|--|--|--|--|
| 11 | Imóvel - High Tech Center | | | | Rua Tabatinguera nº 164 - Centro | | | | | | |
| São Paulo | SP | 2,000 | 14,000 | 2 | SIM | NÃO | NÃO | | | | |

01417-6

../-

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

A Eletropaulo encerrou o exercício social de 2000 com um lucro líquido de R\$ 239 milhões. Embora este valor mostre-se abaixo dos R\$ 404 milhões do ano anterior, reflete um aumento de 19,4% nas vendas, sendo que 5,7% podem ser atribuídos ao crescimento físico do mercado. No ano de 1999, o valor apurado incluía a renegociação, com o governo federal, das dívidas da Cofins, eliminando este efeito, o lucro seria de aproximadamente R\$ 171 milhões.

O resultado da Eletropaulo poderia ser melhor, não fosse o impacto de R\$ 93 milhões nos valores da Conta de Consumo de Combustível (CCC) e o efeito negativo da desvalorização cambial na tarifa em dólar da energia comprada de Itaipu Binacional, gerando uma despesa adicional de R\$ 56 milhões.

Por outro lado, foi positivo o impacto da renegociação da dívida acordada pela empresa junto ao mercado financeiro nacional e internacional. Foi um período dedicado a ajustar as estruturas de prazos, juros, taxas e retorno dos investimentos e financiamentos, diminuindo as posições de risco. Foram efetuadas operações de “hedge” equivalentes a 64% das dívidas em dólar da Companhia, gerando desta forma um ganho financeiro, contabilizado até 31/12/2000, de cerca de R\$ 102 milhões.

Neste ano, estão previstos investimentos em torno de R\$ 480 milhões destinados, principalmente, à ampliação, recuperação e manutenção do sistema. No ano passado, apesar da flutuação cambial, a Eletropaulo investiu R\$ 361 milhões, 26% superior ao investido em 1999, sendo a maior parte, R\$ 342 milhões, em ampliação do sistema elétrico, atendimento ao cliente, ações de segurança e em 160 mil novos clientes.

No ano passado, o crescimento do mercado se deu principalmente em função do aumento da atividade industrial – que representou uma demanda adicional de 6,1% em relação a 1999, estimulada principalmente pelos setores de metalurgia e minerais não metálicos. E também em função da atividade comercial, varejo e atacado, que registrou aumento de 11,8%. O consumo residencial cresceu 2,0% e o número de clientes aumentou em 3,9%.

O atendimento a emergências, especialmente em dias de chuvas e ventos fortes, foi reforçado, no final do ano, ante a perspectiva do verão que se aproximava. Uma das principais medidas adotadas foi a criação de uma frota de motocicletas que permite o deslocamento dos técnicos muito mais rapidamente do que os veículos tradicionais. Esse atendimento conta, ainda, com o apoio da Central de Operações da Eletropaulo, em um edifício “inteligente”, dotado da mais moderna tecnologia, localizado estrategicamente no centro de São Paulo.

01417-6

../-

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Da Central, é feito o controle de todo o sistema. A estrutura foi especialmente preparada para integrar o Centro de Atendimento ao Cliente -CEAC, onde trabalham os atendentes dos serviços de emergência e comerciais solicitados por telefone, os Centros de Operação do Sistema e da Distribuição, que coordenam e supervisionam a operação do sistema elétrico da Companhia e o Centro de Operação de Tecnologia da Informação, que gerencia a operação das redes de fibra ótica, de dados e voz e o sistema de rádio “trunking”, interligando a área de concessão.

Com a Central foi implantada a nova filosofia de atendimento telefônico unificado, através do telefone 0800 196 196 de funcionamento ininterrupto, anteriormente efetuado pelos telefones 120 Ligue Luz atendimento comercial, para novas ligações ou religações e 196 atendimento emergencial, para solicitação de reparos ou comunicação de defeitos na rede. Toda essa infra-estrutura está montada para atender a um mercado altamente exigente e dinâmico, com parque industrial diversificado, comércio e serviços em contínua evolução e em área densamente povoada.

A Eletropaulo acredita firmemente que uma Companhia só cumpre seu papel no universo econômico quando insere sua atividade em um plano maior, de responsabilidade e gestão social. Não basta gerar lucros e empregos. Por causa dessa convicção, a Companhia investiu alto em projetos sociais, educação, segurança, meio ambiente e conservação de energia, que visam melhorar as condições de vida da sociedade.

No quesito segurança, foram destinados R\$ 9,2 milhões para custear um amplo leque de ações internas e externas. Vale a pena destacar as ações do Eletrix, personagem infantil criado pela Eletropaulo para ensinar às crianças os cuidados e a boa utilização da energia elétrica. Um exemplo dessa atuação foi a sua participação na Bienal Internacional do Livro, em São Paulo, na qual procurou orientar as pessoas sobre como usar a energia racionalmente e sem riscos. Campanhas de educação de crianças e adultos quanto aos perigos de soltar pipas ou se aproximar da rede elétrica também foram conduzidas ao longo de todo o ano, com destaque às inserções de mensagens em programas de forte apelo popular. Com ações internas de treinamento e segurança, ganhou 2 prêmios Top de RH da ADVB com os trabalhos “Verão com Segurança” e “Aprendizagem: A energia da Eletropaulo”.

É importante destacar, também, o personagem do Pombo Paulista, que levou de forma simpática, à comunidade, temas relacionados à conservação de energia e segurança, com foco na cidadania.

01417-6

../-

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Outro projeto muito bem sucedido da Companhia, ainda na área social, foi o Programa Eletropaulo de Educação e Cultura, que consolida a integração com as comunidades em que atua. Entre suas atividades, mereceram destaque, no ano que passou, o Circo das Artes, que desde sua criação em 1990, já beneficiou cerca de 20 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos na Zona Sul de São Paulo, com atividades de artes plásticas, dança, teatro e circo, estimulando a criatividade e a cidadania. E o programa de creches do Projeto Luz e Lápis, localizadas na Capela do Socorro e em Guarapiranga, regiões carentes da Grande São Paulo, as duas creches atendem, em média, 130 crianças cada uma, de 0 a 7 anos.

O desperdício foi e continuará a ser alvo prioritário das ações da Eletropaulo. O Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica inclui ações voltadas ao uso racional da energia e incentiva um comportamento voltado para a economia. A Companhia participou de feiras e eventos, como a UD e a Feira Kids e Teens, onde crianças e adolescentes foram instruídos sobre os prejuízos que os banhos demorados acarretam para a natureza. Esteve, também, na Feicon/Expolux, além de Sieel, Fehab e Anamaco, entre muitas outras feiras, sempre divulgando o uso racional dos recursos energéticos. O estande do Poupennergia esteve presente, ainda, em shopping centers de São Paulo, como o Butantã e West Plaza; no ABC, em Osasco e em Tamboré. E foi criado o Prêmio Eletropaulo para universitários de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo cujos trabalhos dêem as melhores soluções para o aproveitamento ideal da energia. A Companhia quer vender mais energia, sim, mas quer, principalmente, que mais gente usufrua o serviço da melhor maneira possível. Economicamente falando, podemos dizer que, se o consumidor racionalizar seu consumo, ele gastará menos para obter o mesmo resultado. E é em uma economia saudável que a Eletropaulo está interessada.

A Eletropaulo lançou, também, em 2000, o Projeto Pomar, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente. Sua primeira missão era recuperar a área degradada da margem esquerda do rio Pinheiros e plantar árvores frutíferas. Essa iniciativa teve um segundo e valioso desdobramento social, uma vez que os trabalhos de plantio e conservação foram realizados por bolsistas do Programa Emergencial de Auxílio Desemprego, as chamadas “frentes de trabalho”.

01417-6

../-

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Principais Projetos de Investimento

Valores expressos em R\$ mil

| | Projeto | Previsão de Término | Percentual Concluído | Valor Contábil | Gastos a incorrer | |
|------|---------------------------------|----------------------------|-----------------------------|-----------------------|--------------------------|-----------|
| 3794 | LTA Milton Fornasaro - Remédios | 12/00 | 71 | 1.345 | 1.660 | 1 |
| 3795 | LTA Milton Fornasaro - Taboão | 06/00 | 99 | 6.929 | 440 | 2 |
| 4065 | RAE Castelo | 06/00 | 92 | 848 | | 3 |
| 4064 | ETD Castelo | 06/00 | 99 | 15.010 | 1.493 | 4 |
| 8388 | RAE Santa Maria | 12/00 | 86 | 207 | 144 | 5 |
| 8353 | ETD Santa Maria | 12/00 | 82 | 47.331 | 796 | 6 |
| 4108 | LTA Pirituba – Mutinga | 12/00 | 79 | 3.168 | 2.849 | 7 |
| 4054 | LTA Pirituba – Bandeirantes 3-4 | 12/00 | 89 | 1.543 | 4.177 | 8 |
| 3944 | LTA Bandeirantes – Sul | 08/00 | 62 | 94 | 746 | 9 |
| 7337 | ETD Panorama | 06/00 | 89 | 79.390 | 974 | 10 |

Objetivos:

| | |
|-----------|--|
| 1 | Aliviar carregamento da ETT Pirituba e permitir que a LTA Pirituba-V. Rami 1-2, opere dentro da capacidade firme, na contingência haverá racionamento até sanar o defeito. |
| 2 | Permitir alimentar a ETD Taboão da Serra, via ETT Milton Fornasaro, aliviando o carregamento da LTA Bandeirantes – Piratininga 1-2, que mesmo assim ainda continuará com carregamento acima da capacidade firme (234 MVA), com risco de racionamento até ser sanado o defeito. |
| 3 | Alimentar a ETD Castelo |
| 4 | Eliminar a sobrecarga em 2 Transformadores da ETD Osasco e em 7 circuitos das ETD's Tamboré e Remédios. Devido ao elevado carregamento dos TRs e circuitos da região e dificuldade física para redistribuição de carga entre os circuitos, existe baixa flexibilidade operativa. |
| 5 | Alimentar a ETD Santa Maria |
| 6 | Eliminar a sobrecarga, em condições normais, de 2 Transformadores da ETD Taboão da Serra e 7 circuitos das ETD's Autonomistas, Cotia, Taboão da Serra e Monte Belo. Devido ao elevado carregamento dos TRs e circuitos da região, em caso de perda de alguma unidade transformadora. |
| 7 | Esta obra permitirá alimentar as ETDs Brasilândia e Peri, via ETT Pirituba, dotando a LTA Milton Fornasaro - Osasco 1 -2 ao critério de capacidade firme, para evitar racionamento de carga até serem efetuadas manobras na subtransmissão. |
| 8 | Transferir cargas da ETT Bandeirantes, que encontra-se com carregamento acima da capacidade firme, para a ETT Milton Fornasaro. |
| 9 | Dotar a linha ao critério de capacidade firme, na contingência haverá risco de racionamento de carga até que sejam feitas manobras pelo sistema de subtransmissão. |
| 10 | Eliminar a sobrecarga, em condições normais, de 2 Transformadores das ETDs Taboão da Serra, Morumbí e Pinheiros e de 4 circuitos destas estações. Devido ao elevado carregamento dos TRs e circuitos da região, em caso de perda de alguma unidade transformadora. |

Todos os nossos Projetos são financiados com capital de terceiros.

01417-6

../-

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

A Companhia, preocupada com o manejo dos recursos naturais, implementou vários programas de controle ambiental, destacando-se os de reciclagem de lâmpadas, papel, alumínio, plástico e óleos minerais dentro de seu Sistema de Gestão Ambiental. Essas e muitas outras ações semelhantes fizeram com que a Companhia conseguisse o primeiro certificado ISO 14001 do setor elétrico nacional, que reflete a excelência no trato do meio ambiente na distribuição de energia.

Além do certificado, a Eletropaulo teve seu esforço reconhecido e premiado com dois Top de Ecologia 2000, concedidos pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), e o Prêmio Ambiental von Martius, concedido pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha ao Projeto Pomar.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------|------------------------|---------------------|
| 1 - CÓDIGO CVM - | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ . . / - |
|---------------------|------------------------|---------------------|

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

| 1 - ITEM | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - % PATRIM. LÍQUIDO | 4 - % LUCRO LÍQUIDO | 5 - PROVISÃO | 6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil) | 7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil) |
|----------------|-------------------|--------------------------|------------------------|--------------|------------------------------------|------------------------------------|
| 8 - OBSERVAÇÃO | | | | | | |
| 01 | TRABALHISTA | 5,24 | 56,09 | SIM | 133.994 | 0 |
| 02 | FISCAL/TRIBUTÁRIA | 18,10 | 193,83 | SIM | 463.037 | 0 |
| 03 | OUTRAS | 14,02 | 150,08 | SIM | 358.511 | 0 |

01417-6

../-

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

PARTES RELACIONADAS

As principais transações e operações financeiras entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

| | Metropolitana Overseas Ltd. | |
|---|--------------------------------|-------------|
| | <u>2000</u> | <u>1999</u> |
| Ativo - outros créditos | | |
| Passivo – encargos de dívidas | 142 | 663 |
| Passivo – empréstimos e financiamentos | 221.955 | 1.037.620 |
| Passivo – fornecedores | | |
| Resultado – energia elétrica comprada para revenda | | |

| | Eletropaulo Telecomunicações Ltda. | |
|---|--|-------------|
| | <u>2000</u> | <u>1999</u> |
| Ativo - outros créditos | 15.660 | 1.719 |
| Passivo – encargos de dívidas | | |
| Passivo – empréstimos e financiamentos | | |
| Passivo – fornecedores | | |
| Resultado – energia elétrica comprada para revenda | | |

01417-6

../-

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

| | Eletroger Ltda. | |
|---|--------------------|-------------|
| | <u>2000</u> | <u>1999</u> |
| Ativo - outros créditos | 2.508 | 1.466 |
| Passivo – encargos de dívidas | | |
| Passivo – empréstimos e financiamentos | | |
| Passivo – fornecedores | | |
| Resultado – energia elétrica comprada para revenda | | |

| | Metropolitana Overseas II Ltd. | |
|---|--------------------------------------|--|
| | <u>2000</u> | |
| Ativo - outros créditos | | |
| Passivo – encargos de dívidas | 583 | |
| Passivo – empréstimos e financiamentos | 912.177 | |
| Passivo – fornecedores | | |
| Resultado – energia elétrica comprada para revenda | | |

| | Companhia de Geração de Energia Elétrica Tiête | |
|---|--|-------------|
| | <u>2000</u> | <u>1999</u> |
| Ativo - outros créditos | | |
| Passivo – encargos de dívidas | | |
| Passivo – empréstimos e financiamentos | | |
| Passivo – fornecedores | 19.770 | 17.659 |
| Resultado – energia elétrica comprada para revenda | 171.377 | 26.590 |

01417-6

../-

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

| | Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê | |
|---|--|-------------|
| | <u>2000</u> | <u>1999</u> |
| Ativo - outros créditos | | |
| Passivo – encargos de dívidas | | |
| Passivo – empréstimos e financiamentos | | |
| Passivo – fornecedores | 19.770 | 17.659 |
| Resultado – energia elétrica comprada para revenda | 171.377 | 26.590 |

O controle acionário da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê foi adquirido pela AES Tietê Empreendimentos Ltda. em outubro de 1999.

Os volumes e preços das tarifas de compra de energia são determinados pela ANEEL.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A

CNPJ/MF N.º 61.695.227/0001-93

NIRE: 35300050274

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, OBJETO, DURAÇÃO E SEDE

Artigo 1 A Companhia é denominada **ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A**, e é regida por este Estatuto Social, pelas disposições constantes do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e pela legislação aplicável em vigor.

Artigo 2 A Companhia tem por objeto: I) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; II) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; III) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios; IV) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática mediante a exploração de sua infra-estrutura, com o fim de produzir receitas alternativas complementares ou acessórias; V) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário; VI) participar, em associação com terceiros, de empreendimentos que propiciem melhor aproveitamento de seu patrimônio imobiliário; e VII) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 3 A Companhia tem sede e domicílio na Cidade e Estado de São Paulo, e mediante resolução da Diretoria Executiva, poderá, a Companhia, abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do país, sendo que, para fins fiscais, uma parcela do capital será alocada para cada uma delas. A abertura e a manutenção de filiais, escritórios ou outras instalações no exterior deverá ser objeto de deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II - CAPITAL E AÇÕES

Artigo 4 Todas as ações da sociedade serão nominativas escriturais ("escriturais"), permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o artigo 35 da mencionada Lei.

Artigo 5 O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$1.057.629.316,47 (um bilhão, cinquenta e sete milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), dividido em 41.835.971.676 (quarenta e um bilhões, oitocentos e trinta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 16.651.204.352 (dezesseis bilhões, seiscentos e cinquenta e um milhões, duzentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e duas) ações ordinárias e 25.184.767.324 (vinte e cinco bilhões, cento e oitenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e vinte e quatro) ações preferenciais.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembléias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais escriturais não terão direito a voto. Adquirirão, entretanto, direito de voto se a sociedade deixar de pagar, por 03 (três) exercícios consecutivos os dividendos a que fizerem jus.

Parágrafo Terceiro - As ações preferenciais escriturais, sem valor nominal, sem direito a voto, irredimíveis e não conversíveis em ordinárias, terão as seguintes características:

I) prioridade no reembolso do capital, com base do capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

II) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;

III) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Artigo 6 O capital social autorizado é de R\$3.248.680.000,00 (três bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta mil reais) sendo R\$1.082.900.000,00 (um bilhão, oitenta e dois milhões, novecentos mil reais) em ações ordinárias e R\$2.165.780.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e cinco milhões, setecentos e oitenta mil reais) em ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Dentro do limite previsto no caput deste artigo, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais.

Parágrafo Segundo - Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção das suas participações no capital da Companhia.

CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 7 A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas respectivas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo Segundo - A Assembléia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO IV - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8 O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 05 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e seus respectivos suplentes, que substituirão os efetivos em seus impedimentos eventuais, todos acionistas da Companhia e residentes ou não no País, observada a legislação vigente, cujo prazo de gestão terá a duração de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Artigo 9 Caberá à Assembléia Geral eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente do Conselho de Administração será escolhido dentre os conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a respectiva eleição.

Parágrafo Primeiro - Os titulares das ações preferenciais e os empregados, estes organizados ou não sob a forma de Clube de Investimento ou Associação, terão direito de eleger, cada um, um membro efetivo, e seu respectivo suplente, do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - O único representante dos empregados da sociedade e seu respectivo suplente, será eleito na forma da legislação societária.

Parágrafo Terceiro - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, por outro Conselheiro por ele indicado e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Quarto - Em caso de vacância de qualquer cargo de Conselheiro efetivo, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral e na qual deverá ser eleito o novo Conselheiro pelo período remanescente do prazo de gestão do Conselheiro substituído.

Parágrafo Quinto - No caso de vaga do cargo de Presidente do Conselho, o substituto será nomeado pelos demais membros do Conselho de Administração, cumprindo, o substituto, o prazo de gestão pelo prazo restante.

Parágrafo Sexto - Em caso de vacância de cargo de membro suplente, o Conselheiro respectivo nomeará um acionista para exercer a suplência vaga, ad referendum da primeira Assembléia Geral, que elegerá o substituto do suplente para completar o prazo de gestão do membro substituído.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 10 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado na primeira reunião de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros efetivos ou seus suplentes em exercício.

Parágrafo Único - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes à reunião em questão.

Artigo 11 Além daqueles previstos em lei como de competência exclusiva do Conselho de Administração, a prática dos seguintes atos e a concretização das seguintes operações pela Companhia estão condicionadas à prévia aprovação pelo Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) convocar a Assembléia Geral;
- (c) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, fixando-lhes as atribuições, inclusive designando o Diretor Vice-Presidente que cumulará a função de Diretor de Relações com Investidores;
- (d) manifestar-se a respeito do relatório da administração, das contas da Diretoria Executiva e dos balanços consolidados que deverão ser submetidos à sua apreciação, preferencialmente dentro de 02 (dois) meses contados do término do exercício social;
- (e) vetar a execução de decisões da Diretoria Executiva eventualmente adotadas contra as disposições deste Estatuto;
- (f) estabelecer a forma de distribuição da remuneração dos administradores da Companhia, se fixada globalmente pela Assembléia Geral;
- (g) observadas as disposições legais e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, declarar (i) no curso do exercício social e até a Assembléia Geral Ordinária, dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanço semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral; (ii) determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- (h) a aprovação de quaisquer planos de negócio a longo prazo, de orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e de suas revisões;
- (i) a constituição de quaisquer ônus sobre bens, móveis ou imóveis da Companhia, ou a caução ou cessão de receitas ou direitos de crédito em garantia de operações financeiras ou não a serem celebradas pela Companhia, sempre que o valor total dos ativos, objeto da garantia, exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;
- (j) a alienação de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia cujo valor exceda a 5% (cinco por cento) do valor total do ativo permanente da Companhia, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;
- (k) a aquisição de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia cujo valor exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;
- (l) a aprovação de investimentos e/ou a tomada de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza, em uma única operação ou numa série de operações vinculadas que eleve o endividamento total da Companhia a um valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecido pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia, ou a qualquer outro valor que venha a ser estabelecido, periodicamente, pela Assembléia Geral de acionistas;
- (a) deliberar a respeito da constituição de empresas controladas pela Companhia e/ou da alienação direta ou indireta da participação da Companhia e das suas empresas controladas;
- (n) a celebração de qualquer contrato com qualquer acionista da Companhia;
- (o) a aprovação da política de limite de concessão de crédito pela Companhia;
- (p) a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, nos termos da legislação aplicável;

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- (q) deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações e bônus de subscrição, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital autorizado;
- (r) deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias Comerciais (“Commercial Papers”);
- (s) indicação de procuradores para a execução dos atos listados neste Artigo, e;
- (t) a autorização para a prática de qualquer ato extraordinário de gestão não compreendido, por lei ou por este Estatuto, na competência de outros órgãos societários.

Parágrafo Único - A Companhia complementarará a previdência social a seus empregados na forma e meios aprovados pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 12 A Companhia terá uma Diretoria Executiva composta de, no máximo, 25 (vinte e cinco) Diretores Vice-Presidentes, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores Vice-Presidentes, todos residentes no País, acionistas ou não, cujo mandato terá a duração de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Em caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria Executiva, a respectiva substituição, para completar o prazo de gestão, será deliberada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Durante o período do impedimento temporário de qualquer Diretor Vice-Presidente, as funções a ele atribuídas serão desempenhadas temporariamente por um Diretor Vice-Presidente especial a ser designado pelo Conselho de Administração.

Artigo 13 Os membros da Diretoria Executiva desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembléias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 14 À Diretoria Executiva compete administrar e representar a sociedade, com poderes para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, doar, onerar e alienar bens sociais, inclusive os integrantes do ativo permanente, sempre observadas as disposições e os limites aqui previstos e os atos de competência exclusiva do Conselho de Administração previstos em lei e no artigo 11 deste Estatuto Social.

Artigo 15 A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que convocada por iniciativa do Diretor Presidente ou a pedido de qualquer dos demais membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - As decisões da Diretoria Executiva deverão estar contidas em atas das respectivas reuniões, lavradas no livro próprio.

Artigo 16 Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, serão necessárias, para vincular a Companhia:

- (a) a assinatura do Diretor-Presidente; ou
- (a) a assinatura de qualquer 01 (um) dos Diretores Vice-Presidentes;
- (a) a assinatura de 01 (um) Procurador, agindo em conformidade com os limites especificamente estabelecidos na respectiva procuração que será outorgada na forma deste Estatuto Social.

Parágrafo Único - Os Diretores Vice-Presidentes deverão apresentar, ao Diretor Presidente, relatórios mensais de sua gestão, cabendo ao Diretor Presidente a representação da Diretoria perante o Conselho de Administração e Assembléias Gerais da Companhia.

Artigo 17 A outorga de instrumentos de mandato pela Companhia deverão sempre ser assinados pelo Diretor Presidente, ou por qualquer Diretor Vice-Presidente, sendo que excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, administrativos ou similares, em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou processo, todas as procurações serão por prazo certo, não superior a um ano, e estabelecerão expressamente a limitação dos poderes.

CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL

Artigo 18 A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas na forma da legislação pertinente.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembléia Geral elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembléia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

CAPÍTULO VII – ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 19 As Assembléias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, um vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, nos termos da legislação pertinente e, extraordinariamente, sempre que necessário, seja em função dos interesses sociais, ou de disposição deste Estatuto Social, ou quando a legislação aplicável assim o exigir.

Parágrafo Único - As Assembléias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, cabendo ao Presidente do referido órgão consubstanciar o aludido ato.

Artigo 20 As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência por 01 (um) membro da Diretoria Executiva por ele indicado. O Secretário da Assembléia Geral será escolhido pelo Presidente da mesa.

Parágrafo Primeiro - Os procedimentos de convocação, instalação e deliberação da Assembléia Geral seguirão aqueles previstos na legislação aplicável em vigor.

Parágrafo Segundo - A fim de comparecer à Assembléia Geral, o acionista deverá depositar na Companhia, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, contadas da data da realização da respectiva assembléia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6404/76; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembléia Geral munido dos documentos hábeis de sua identidade.

Artigo 21 As deliberações da Assembléia Geral serão tornadas pelo voto afirmativo da maioria dos acionistas.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO VIII - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 22 O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 23 Ao final de cada exercício social, serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários e/ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.

Parágrafo Primeiro - Após efetivadas as deduções previstas em lei, a Assembléia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração e, se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo - Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo Terceiro - Poderá ainda, o Conselho de Administração, deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º da Lei 9.249/95, alterado pelo artigo 78 da Lei 9.430/96, e na respectiva regulamentação, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Quarto - Caberá ao Conselho de Administração, observada a Legislação referida no parágrafo anterior, fixar, a seu exclusivo critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros cujo pagamento vier a deliberar.

Parágrafo Quinto - A Assembléia Geral decidirá a respeito da imputação, ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia durante o exercício, montante que para tal fim será considerado pelo seu valor líquido do Imposto de Renda retido na fonte.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Sexto - Os dividendos serão pagos nas datas e locais indicados pelo Diretor de Relações com Investidores. No caso de não serem reclamados dentro de 3 (três) anos, a contar do início do pagamento, reverterão a favor da Companhia.

CAPÍTULO IX - TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES DE CONTROLE

Artigo 24 As ações representativas do capital social da Companhia e detidas pelos integrantes do grupo controlador ou por seus sucessores, em caso de alienação destas e/ou de direitos de subscrição ou bonificações distribuídas em decorrência de capitalização de lucros ou reservas não poderão ser transferidas, cedidas ou de qualquer forma alienadas, gratuita ou onerosamente, no todo ou em parte sem a prévia e expressa concordância do Poder Concedente.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

Artigo 25 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, caso em que a Assembléia Geral determinará a forma de Liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que funcionará durante todo período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.

01417-6

../-

21.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Está reapresentação espontânea se fez necessário devido um erro do programa, que no ítem 03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO, não apresentava a linha 99 - TOTAL.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------------|------------------------|-----------------|
| 1 - CÓDIGO CVM 01417-6 | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ ./- |
|---------------------------|------------------------|-----------------|

ÍNDICE

| GRUPO | QUADRO | DESCRIÇÃO | PÁGINA |
|-------|--------|--|--------|
| 01 | 01 | IDENTIFICAÇÃO | 1 |
| 01 | 02 | SEDE | 1 |
| 01 | 03 | DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS | 1 |
| 01 | 04 | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia) | 2 |
| 01 | 05 | REFERÊNCIA / AUDITOR | 2 |
| 01 | 06 | CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA | 2 |
| 01 | 07 | CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS | 3 |
| 01 | 08 | PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS | 3 |
| 01 | 09 | JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES | 3 |
| 01 | 10 | DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES | 3 |
| 02.01 | 01 | COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA | 4 |
| 02 | 02 | EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E FISCAL) E | 5 |
| 03 | 01 | EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL | 11 |
| 03 | 02 | POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES | 12 |
| 03 | 03 | DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES | 13 |
| 04 | 01 | COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL | 17 |
| 04 | 02 | CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS | 18 |
| 04 | 04 | CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO | 19 |
| 04 | 05 | COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO | 19 |
| 06 | 01 | PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS | 20 |
| 06 | 03 | DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL | 21 |
| 06 | 04 | DIVIDENDO OBRIGATÓRIO | 21 |
| 07 | 01 | REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO | 22 |
| 07 | 02 | PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS | 22 |
| 07 | 03 | PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS | 23 |
| 08 | 01 | CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES | 24 |
| 09 | 01 | BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA | 27 |
| 09 | 02 | CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO | 33 |
| 10 | 01 | PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS | 36 |
| 11 | 02 | PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO | 37 |
| 11 | 03 | POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO | 43 |
| 13 | 01 | PROPRIEDADES | 44 |
| 14 | 01 | PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS | 46 |
| 14 | 05 | PROJETOS DE INVESTIMENTO | 49 |
| 15 | 01 | PROBLEMAS AMBIENTAIS | 50 |
| 16 | 01 | AÇÕES JUDICIAIS | 51 |
| 17 | 01 | OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS | 52 |
| 18 | 01 | ESTATUTO SOCIAL | 55 |
| | | METROPOLITANA OVERSEAS LTD. | |
| | | ELETROPOLAUO TELECOMUNICAÇÕES LTDA. | |
| | | ELETROGER LTDA. | |

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|---------------------------|------------------------|-----------------|
| 1 - CÓDIGO CVM 01417-6 | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ ./- |
|---------------------------|------------------------|-----------------|

ÍNDICE

| GRUPO | QUADRO | DESCRIÇÃO | PÁGINA |
|-------|--------|---|--------|
| | | METROPOLITANA OVERSEAS II LTD. | |
| | | ELETROPAULO COMERCIAL EXPORTADORA LTDA. | |
| | | LOGESTIC.COM S.A. | |
| 21 | 01 | DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS | 66 |